



PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Governador

O governador Geraldo Alckmin inaugura nesta quarta-feira (21), às 10h, a faixa adicional da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), em Jundiá, em trecho que recebeu investimento de R\$ 16,9 milhões para beneficiar mais de 47 mil motoristas por dia. Em seguida, o governador vistoria as obras do Complexo Viário de Jundiá, na Rodovia Anhanguera (SP-330), que visam facilitar o acesso à rodoviária e entre os bairros da cidade.

Palestra adiada

A palestra do partido Novo com Vinícius Poit, que seria realizada nesta terça (20), no Anhangabaú, foi adiada para julho, ainda sem dia definido. O líder da legenda em Jundiá, Edney Sampaio Duarte Júnior, informou que os interessados em participar do evento devem acompanhar o Facebook do Novo para saber a nova data.

Itupeva

O abono salarial dos servidores públicos de Itupeva será votado nesta quarta-feira (21) na Câmara Municipal de Itupeva. O presidente Eri Campos convocou sessão extraordinária para tratar do tema e agilizar o processo. "Após a votação, encaminharemos à prefeitura de modo que o pagamento deste mês já venha com o abono", disse Eri. A sessão extraordinária acontece às 11 horas.

Audiência hoje

Acontece nesta quarta-feira (21), na Câmara de Jundiá, a partir das 9h, a audiência pública da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde para a prestação de contas referente aos primeiros quatro meses deste ano. Na ocasião, o gestor municipal dr. Vagner Vilela apresentará aos vereadores e aos munícipes presentes os resultados já alcançados e os desafios a serem enfrentados.

Poucos amigos

Na sessão desta terça (20), em Jundiá, durante a Tribuna Livre (na qual falam representantes da população previamente inscritos), o munícipe Wilson Henrique da Conceição subiu no púlpito questionando os ganhos mensais dos assessores dos vereadores, além dos próprios salários dos parlamentares. Ao final, com cara de poucos amigos, Wilson disparou: "Nenhum de vocês merece meu voto e não votei em nenhum de vocês".

Não ouviu

Também na Tribuna Livre, o cidadão Reinaldo Fernandes rebateu o posicionamento do vereador Douglas Medeiros (PP), que escreveu em seu Facebook comentários sobre a Parada Gay. Reinaldo, emocionado, disse que tem um filho homossexual e ficou bastante bravo com o que leu na internet. O recado foi ouvido por quase todos na sessão da Câmara desta terça (20), menos pelo vereador Douglas Medeiros, que se ausentou do plenário antes de Fernandes começar a falar.

LEGISLATIVO

Em clima ameno, vereadores de Jundiá deram seus argumentos e agradaram as plateias contra e a favor à proposta

Por 12 votos a 5, Câmara rejeita o projeto dos fogos

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Em ambiente semelhante ao de um estádio de futebol em dia de grande clássico, com direito a torcida na arquibancada (ou melhor, na plateia do plenário da Câmara), os vereadores de Jundiá votaram na noite desta terça-feira (20) o projeto de lei 12.242/2017, que queria proibir o uso de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro. Por 12 votos contrários, apenas cinco favoráveis e uma abstenção - do parlamentar Wagner Ligabó (PPS) -, a proposta foi rejeitada.

Foram favoráveis ao projeto Antonio Carlos Albino (PSB) e os quatro autores da propositura: os tucanos Rafael Antonucci e Faouaz Taha, Paulo Sérgio Martins (PPS) e Leandro Palmarini (PV). Alguns integrantes de uma torcida organizada do Santos, sediada em Jundiá, estavam na plateia, bem como comerciantes que queriam o "não" ao 12.242 e outras pessoas que esperavam ouvir o "sim", mas foram mal sucedidas.

A cada opinião dada pelos parlamentares, palmas e gritos apoiando o que falava foram ouvidos. Os vereadores se alternaram na defesa de seus



APOIO A cada opinião sobre o projeto polêmico na Casa, público emitia seu parecer por meio de palmas e gritos

pontos de vista. Líder do governo na Câmara, Faouaz Taha (PSDB) contou que o projeto que queria proibir a sultura de fogos de artifício tinha o apoio de várias entidades e de boa parcela da população de Jundiá. "Na audiência do dia 25 de maio falamos do problema causado pelo barulho dos fogos representantes do Conse-

lho de Meio Ambiente da OAB, Mata Ciliar, Ateal etc. A imprensa fez enquetes sobre o tema e, segundo o Portal JJ, 79,5% responderam que o ruído atrapalha as pessoas", lembra Faouaz. A referida enquete do Portal teve 800 opiniões, sendo 636 pró-projeto e 164 contra. "O som dos artefatos prejudica as pessoas e os ani-

mais. A população nos procurou e debatemos o tema", emendou o líder do governo na Câmara antes da votação.

'Mais importante'

Romildo Antonio, do PR, parabenizou Faouaz pelo projeto, mas polemizou ao se declarar contrário ao mesmo. "Eu sempre fui contra esta proposi-

tura e ainda acho que temos coisas mais importantes para debater". O clima ficou mais pesado na sessão, similar ao de um Corinthians x Palmeiras com estádio lotado, quando uma das equipes faz um gol.

Romildo também falou que usar fogos é cultural. Faouaz Taha contra-atacou. "Balão também é cultural, mas soltá-los não é positivo e ainda é crime", destacou. Foi pedido o respeito pela decisão do plenário, seja qual fosse ela, e que a vida seguisse sem que vencedores provocassem perdedores, o que acabou ocorrendo, ao contrário de discussões mais áspe- ras em sessões anteriores.

Outros vereadores falaram e deixaram o suspense no ar. Acabaram as discussões e veio a votação, que lembrou a decisão por pênaltis de um jogo de futebol. Com o resultado, ficou a alegria de quem votou "não". Nas cadeiras do plenário, pessoas felizes, outras nem tanto... E a vida seguiu.

Por 19 votos, foi aprovada nesta terça-feira, em 1º turno, a proposta de emenda à lei orgânica (do prefeito Luiz Fernando Machado) que estabelece novos prazos para a apresentação de matérias orçamentárias e altera disposições sobre o Plano de Metas e a prestação de informações à Câmara.

INVESTIGAÇÃO

Funaro acusa Temer e diz ter pago comissões a Moreira Franco e Geddel

O corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro afirmou à Polícia Federal que o presidente Michel Temer fez "orientação/pedido" para que fossem feitas duas "operações" de crédito junto ao Fundo de Investimentos do FGTS, para duas empresas privadas. As operações, segundo Funaro, geraram "comissões expressivas, no montante aproximado de R\$ 20 milhões".

O dinheiro, segundo Funaro, foi destinado principalmente à "campanha para Presidência da República no ano de 2014" e à campanha do ex-deputado federal Gabriel Chalita à Prefeitura de São Paulo em 2012. As empresas beneficiadas foram a BR Vias, da família Constantino, dona da aérea Gol, e a

LLX, que hoje se chama Prumo Logística e tem como sócio Eike Batista.

As declarações de Funaro, prestadas no último dia 14, foram anexadas aos autos da Operação Patmos, que investiga Temer, e tornadas públicas nesta terça-feira (20).

Funaro também afirmou ter ouvido do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que havia "conhecimento do presidente Michel Temer a respeito da propina sobre o contrato [para construção] das plataformas entre a Petrobras Internacional e o grupo Odebrecht".

Funaro, que está preso no complexo penitenciário da Papuda (Brasília) e estaria negociando delação, afirmou que pagou "comissão"

ao ministro da Secretaria-Geral da Presidência e um dos principais aliados do presidente Michel Temer, Moreira Franco.

O dinheiro, segundo o corretor, estava relacionado à liberação de recursos do FI-FGTS em 2009, para a empresa Cibe. Nessa época, Moreira Franco ocupava a vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, gestora do Fundo de Investimento.

O corretor afirmou também ter pago, em espécie, um total de R\$ 20 milhões ao ex-ministro Geddel Vieira Lima por "operações" na Caixa. Os recursos, segundo o corretor, eram "comissões" por liberações de crédito a empresas do grupo J&F. (Folhapress)

EX-SENADOR

Supremo adia decisão sobre prisão de Aécio

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio decidiu nesta terça (20) adiar o julgamento sobre o pedido de prisão preventiva feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

A decisão foi tomada pelo ministro, que é relator do processo, para decidir primeiro sobre um recurso protocolado nesta manhã pela defesa de Aécio Neves, que pretende ser julgado pelo plenário da Corte. Ainda não há data para a retomada do julgamento.

Na semana passada, a PGR reforçou o pedido de prisão e alegou que Aécio Neves não está cumprindo a medida cautelar de afastamento. Ao reiterar o pedido, Janot citou uma pos-

tagem do senador afastado, em sua página no Facebook, no dia 30 de maio, em que ele aparece em uma foto acompanhado dos senadores Tasso Jereissati (CE), Antonio Anastasia (MG), Cássio Cunha Lima (PB) e José Serra (SP), colegas de partido. "Na pauta, votações no Congresso e a agenda política", diz a legenda da foto.

Em nota, a assessoria de Aécio Neves informou que o senador afastado tem cumprido integralmente a decisão do ministro Edson Fachin e se mantém afastado das atividades parlamentares. "Entre as cautelares determinadas não consta o impedimento de receber visitas e discutir como cidadão, e não como parlamentar, assuntos diversos", diz o texto.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Justiça francesa condena Maluf

A Corte de Apelações de Paris condenou o deputado Paulo Maluf (PP), ex-prefeito de São Paulo, a três anos de prisão por lavagem de dinheiro. Em outubro de 2015, ele já tinha sido condenado em primeira instância. A decisão anunciada nesta terça (20) confirmou a sentença, informou a magistrada da Corte Magali Josse à RFI (Rádio França Internacional). As informações são da Agência Brasil.

A lavagem de dinheiro tem origem no superfatura-

mento das obras do Túnel Ayrton Senna e da Avenida Águas Espraiadas, no período em que Maluf era prefeito da capital paulista, conforme constatou a Justiça francesa.

Na primeira instância, Maluf, sua esposa Sylvia Lutfalla Maluf e o filho mais velho do casal, Flávio Maluf, foram condenados por agir em associação para ocultar a origem de recursos provenientes de corrupção e desvio de dinheiro no Brasil. Flávio foi condenado também a três anos de prisão e Sylvia a

dois anos. Conforme divulgou a RFI, Maluf e seus familiares são acusados de enviar dinheiro para empresas offshore e contas em bancos no exterior.

A justiça francesa confiscou também 1,8 milhão de euros em contas do deputado e da família, além de condenar os três a multas que somam 500 mil euros.

A assessoria de imprensa do deputado informou à Agência Brasil que seus advogados em Paris vão recorrer da decisão. (Folhapress)



AFASTADO Procuradoria Geral alega que Aécio não está cumprindo medida cautelar